澳門大學
UNIVERSIDADE DE MACAU
UNIVERSITY OF MACAU

FACULDADE DE DIREITO

CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

VARIANTE EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

(Língua Portuguesa)

A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

UM CONTRATO TÍPICO SOCIALMENTE ATÍPICO

Orientador
Professor Doutor ANTÓNIO PINTO MONTEIRO
Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Co-orientador
Professor Mestre AUGUSTO TEIXEIRA GARCIA
Professor Associado Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

Mestrando José Augusto de Carvalho Lourenço

A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

UM CONTRATO TÍPICO SOCIALMENTE ATÍPICO

Abreviaturas

Abreviaturas de Fontes (Jurídicas)

INTRODUÇÃO

A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA, SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO

1 Noção geral 15

2 Elementos Históricos, Económicos e Empresariais 19

2.1 O seu aparecimento e as razões teleológicas da sua substituição. O pacto comissório e a sua proibição 20

2.2 O pacto marciano 73

2.3 A crise das garantias reais. O seu reaparecimento nos anos 60 do século XX 83

CAPÍTULO I

A UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE COMO GARANTIA E

A CONSAGRAÇÃO LEGAL DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

3 Enquadramento no universo das garantias das obrigações 109

3.1 Posições antagónicas 112

3.1.1 As teses da nulidade do negócio fiduciário

a) A tese do negócio fiduciário "como aperfeiçoados em simulação" 114

b) A tese do negócio abstracto 117

c) A tese do negócio em fraude à lei. Princípio da taxatividade dos direitos reais 122

3.1.2 A tese do negócio fiduciário como negócio indirecto 135

4. A alienação fiduciária em garantia em diferentes ordenamentos jurídicos 147

4.1 O regime jurídico brasileiro da alienação fiduciária em garantia 149

4.2 A admissibilidade da alienação fiduciária em garantia financeira na União Europeia - A Directiva 2002/47/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Junho 167

4.3 O sistema jurídico português - Entrada em vigor do DL n.º 105/2004, de 8 de Maio, por transposição da Directiva 2002/47/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Junho 172

4.4 Espanha 180

4.5 França 183

4.6 Alemanha 195

4.7 Itália 207

4.8 Sistemas jurídicos da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Hong Kong 214

CAPÍTULO II

REGIME JURÍDICO

CARACTERIZAÇÃO, NATUREZA, TIPO E FIGURAS AFINS

5. Conceito e conteúdo da garantia 218

6. Dos requisitos do contrato de alienação fiduciária em garantia

6.1 Requisitos objectivos 221

6.1.1 A coisa móvel objecto da fidúcia em garantia 222

6.2 Requisitos Subjectivos 232

6.2.1 A amplitude subjectiva do credor fiduciário 234

6.3 Requisitos de validade, publicidade e eficácia

6.3.1 Da forma 237

6.3.2 O conteúdo mínimo do contrato 238

6.3.3 A obrigatoriedade do registo do contrato. Os efeitos do registo 240

7. Da natureza jurídica da alienação fiduciária em garantia 242

7.1 As diferentes posições doutrinárias 244

8. Análise da relação jurídica fiduciária 265

9. Semelhanças e diferenças com outras figuras afins

9.1 A venda a retro 271

9.2 A locação financeira *(sale and lease back)* 276

9.3 A venda com cláusula de reserva de propriedade 287

9.4 O penhor de coisas (móveis) 297

9.5 O penhor mercantil 303

9.6 O mandato sem representação 309

10. Vantagens e inconvenientes 319

CAPÍTULO III
OS INSTRUMENTOS DE DEFESA AO ALCANCE DO FIDUCIÁRIO E DO FIDUCIANTE

SECÇÃO I
DEFESA DO CREDOR FIDUCIÁRIO EFEITOS E EFICÁCIA DOS MEIOS À SUA DISPOSIÇÃO

11. A garantia do credor fiduciário 327

12. O preço 331

13. Tem o credor título executivo? 332

14. A venda judicial do bem alienado em garantia 334

14.1 Da acção de apreensão 337

15. Dissolução, liquidação e falência ou insolvência do devedor fiduciante 342

16. Penhora do bem alienado em garantia 345

SECÇÃO II

MEIOS DE DEFESA DO DEVEDOR FIDUCIANTE CUMPRIDOR

17. O não cumprimento da obrigação contratual pelo credor fiduciário. Significado e efeitos da violação do contrato pelo credor fiduciário 352

18. Remédios possíveis 355

18.1 Execução específica 357

18.2 Resolução do contrato 360

18.3 Invalidade da venda 365

18.4 Enriquecimento sem causa 373

18.5 Outros meios possíveis 375

Considerações finais 380

Bibliografia

Jurisprudência

Endereços electrónicos